



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATA

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/2/2012

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Délio Malheiros, Carlos Henrique e Duílio de Castro, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Durval Ângelo e João Vítor Xavier. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duílio de Castro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a queda do Ed. Vale dos Buritis e a ameaça de desabamento de outros imóveis na região Oeste de Belo Horizonte; e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Murilo de Campos Valadares, Secretário de Obras e Infraestrutura de Belo Horizonte, indicando o Sr. Alexandre Lucas Alves, Coordenador Municipal de Defesa Civil, para representá-lo nesta audiência. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Maria de Fátima Gottschalg, Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Buritis; a Sra. Eneida Magalhães de Lima e o Sr. Adlei Duarte de Carvalho, respectivamente, Superintendente Operacional em Belo Horizonte e Gerente da Divisão de Assuntos Contenciosos e Juizado Especial da Copasa-MG, representando o Sr. Ricardo Augusto Simões Campos, Presidente dessa empresa; os Srs. Alexandre Lucas Alves, representando o Sr. Murilo de Campos Valadares; Fernando Antônio Costa Jannotti, Superintendente da Sudecap; Fábio Caldeira, Vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Clémenceau Chiabi Saliba Júnior, Diretor Técnico do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, representando o Sr. Jobson Nogueira de Andrade, Presidente do Crea-MG; Marcos José Braz, Diretor da Construtora Podium Engenharia; Mário Cicareli Pinheiro, engenheiro civil especialista em recursos hídricos, e Eduardo Cordeiro, advogado, representando o Sr. José Teixeira Rodrigues, Diretor Administrativo da Estrutura Engenharia e Construção Ltda., que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, como um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e concede a palavra à Deputada Liza Prado e ao Deputado João Vítor Xavier, também autores do requerimento. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Délio Malheiros (2) em que solicita sejam realizadas reuniões de audiência pública para discutir problemas de visibilidade no Estádio Independência e o contrato celebrado entre o Clube Atlético Mineiro e a BWA Arena; Duílio de Castro em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de informações para que envie o laudo conclusivo referente à Rua Laura Soares Carneiro, no Bairro Buritis; Carlos Henrique em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências a fim de que sejam exigidos estudos geológicos para a aprovação da construção de prédios, especialmente em encostas; da Deputada Liza Prado (3) em que solicita seja encaminhada ao Crea-MG e à Associação dos Moradores do Bairro Buritis cópia das notas taquigráficas desta reunião; seja realizada reunião de audiência pública para apurar irregularidades praticadas por corretoras de seguros de veículos automotores; e seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências com vistas à agilização da elaboração do laudo técnico conclusivo acerca do desmoronamento ocorrido na Rua Laura Carneiro Soares,



no Bairro Buritis; dos Deputados Durval Ângelo (2) em que solicita seja realizada visita conjunta com as Comissões de Direitos Humanos e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ao Tribunal de Justiça com a finalidade de viabilizar uma tramitação mais célere dos processos que envolvem a reparação dos prejuízos sofridos por moradores do Bairro Buritis, em Belo Horizonte, em decorrência do desmoronamento de encosta; e seja formulado apelo à Mesa da Assembleia a fim de que seja restabelecido convênio com o Crea-MG com vistas à disponibilização de profissionais técnicos para subsidiar os trabalhos das comissões desta Casa; Délio Malheiros e Durval Ângelo em que solicitam seja realizada visita ao Ministério Público, com a participação das Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Direitos Humanos, a fim de buscar apoio para a solução dos problemas vivenciados por moradores do Bairro Buritis, em Belo Horizonte, em face do desmoronamento de prédios; da Deputada Liza Prado e do Deputado João Vítor Xavier em que solicitam seja encaminhado à Copasa-MG pedido de informações a fim de que envie os dados que menciona sobre a ruptura da rede de água da Rua Laura Carneiro Soares, no Bairro Buritis, em Belo Horizonte, onde ocorreu desmoronamento de encosta. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2012.

Délio Malheiros, Presidente - Liza Prado - Carlos Henrique.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/3/2012

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 339/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados ao Diretor-Geral do Deop-MG e ao Presidente da Codemig as notas taquigráficas da 3ª Reunião Ordinária dessa Comissão e pedido de informações com cópias dos documentos sobre eventual doação ou transferência de imóveis por órgão público a moradores dos bairros e vilas onde haverá obras do Programa de Requalificação Urbana e Ambiental e Controle de Cheias do Córrego Ferrugem; e sobre os mapas da região da Cidade Industrial de Contagem, datados de 1940 a 1945, inclusive das áreas próximas às ruas que menciona, situadas na Vila Itaú. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 606/2011, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Emater-MG pedido de informações sobre a execução da Ação 4147 - Criação de Pequenos Animais - Piscicultura - em comunidades indígenas, com a discriminação das comunidades em que essa ação tem sido desenvolvida, bem como do percentual de execução física e financeira da ação nas referidas comunidades. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 725/2011, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde e à Diretoria-Geral do IMA pedido de informações sobre a ocorrência de problemas de saúde ou óbitos que tenham sido causados pelo consumo de queijo minas artesanal. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 747/2011, do Deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado ao Diretor-Geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG - pedido de informações sobre as obras de saneamento em Turmalina. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 748/2011, do Deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre as obras de saneamento em Turmalina. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 768/2011, das Comissões de Educação e de Segurança Pública, em que solicitam sejam encaminhados ao Subchefe do Estado-Maior da PMMG pedido de informações sobre os dados constantes no Registro de Eventos de Defesa Social - Reds -, em especial sobre os incidentes de violência em ambiente escolar nos últimos três anos no Estado, por Município, e pedido de cópia dos documentos que estabelecem as diretrizes para a atuação da PMMG em casos de violência nos estabelecimentos de ensino. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.



Votação do Requerimento nº 809/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude - CAO-IJ - pedido de informações sobre a implantação de medidas socioeducativas em Municípios, em particular quanto à prestação de serviços à comunidade e à liberdade assistida. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.129/2011, do Deputado Sebastião Costa, em que solicita a inserção nos anais da Casa de matéria veiculada no jornal "Estado de Minas" de 28/5/2011, intitulada "Renegociação Necessária", do Deputado Federal Eduardo Azeredo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.918/2011, da Comissão Especial da Dívida Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Fazenda pedido de informações sobre a constituição da dívida do Estado com a Cemig, incluindo cópia dos documentos que menciona. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.129/2011, da Comissão Especial da Dívida Pública, em que solicita seja encaminhado ao Tribunal de Contas pedido de cópia da íntegra do estudo sobre a dívida pública de Minas Gerais, realizado pela Diretoria de Controle Externo dessa Corte para subsidiar o relatório anual de 2010, que teve como relator o Conselheiro Sebastião Helvécio. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.130/2011, da Comissão Especial da Dívida Pública, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado pedido de informações, com os aspectos que menciona, sobre os contratos de financiamento do Estado com a União e com a Cemig. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.157/2011, da Comissão Especial da Dívida Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Fazenda pedido de informações detalhadas sobre as memórias de cálculo de dívidas do Estado negociadas no âmbito das Leis Federais nºs 7.614, de 1987, 7.976, de 1989, e 8.727, de 1993. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.158/2011, da Comissão Especial da Dívida Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Fazenda pedido de informações sobre os documentos que menciona, que contêm informações relacionadas a acordo e contratos firmados pelo Estado nas negociações realizadas com base na Lei Federal nº 9.496, de 1997. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação da Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Augusto Monteiro Guimarães para o cargo de Presidente da Fundação Ezequiel Dias – Funed. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Eugênio Ferraz para o cargo de Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 817/2011, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre instalação de brinquedotecas em hospitais, clínicas, unidades de saúde e outros estabelecimentos similares, para atendimento pediátrico em regime de internação. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.220/2011, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a divulgação, em cada estabelecimento da rede pública de ensino, de informações sobre a pessoa que dá nome ao estabelecimento. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 353/2011, do Deputado Fred Costa, que torna obrigatória a identificação de crianças e adolescentes nos estabelecimentos hoteleiros. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Trabalho, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 906/2011, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre o horário destinado à divulgação da cultura no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Turismo perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.545/2011, do Deputado Bruno Siqueira, que proíbe a comercialização, a distribuição e a utilização de serpentinas metalizadas e produtos similares no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.523/2011, do Deputado Zé Maia, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Delfinópolis o trecho que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 6/3/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.



2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:
No 2º turno: Projeto de Lei nº 326/2011, do Deputado Sargento Rodrigues.
Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:
Requerimento nº 2.496/2012, do Deputado Luiz Henrique.
Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 6/3/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:
No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.023/2011, do Deputado Leonardo Moreira.
Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:
Em turno único: Projeto de Lei nº 1.334/2011, da Deputada Ana Maria Resende.
Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 6/3/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:
No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 23/2012, do Governador do Estado; Projetos de Lei nºs 568/2011, do Deputado Agostinho Patrus Filho; 1.254 e 1.264/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 2.489/2011, do Deputado Duílio de Castro; 2.745/2011, do Governador do Estado.
Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:
Em turno único: Projetos de Lei nºs 706/2011, do Deputado Arlen Santiago; 920/2011, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 1.838/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.180/2011, do Deputado Fabiano Tolentino; 2.509/2011, do Deputado Bosco; 2.800/2012, do Deputado Rogério Correia; 2.809/2012, do Deputado Cássio Soares; e 2.823/2012, do Deputado Bruno Siqueira.
Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 6/3/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 6/3/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:
No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.601/2011, do Deputado João Vítor Xavier.
No 1º turno: Projetos de Lei nºs 29 e 1.716/2011, do Deputado Elismar Prado; e 1.175/2011, do Deputado Leonardo Moreira.
Discussão e votação de proposições da Comissão.



**ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS
14H30MIN DO DIA 6/3/2012**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 2.478/2012, do Deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE,
COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 6/3/2012**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 31/2011, do Deputado Elismar Prado; e 2.736/2011, do Deputado Doutor Viana.

Requerimentos nºs 2.483 e 2.484/2012, do Deputado Elismar Prado.

Finalidade: debater a situação das obras de recuperação do túnel que permite o retorno para motoristas na BR-356, sentido Belo Horizonte - Nova Lima, e da respectiva passarela.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E
JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE
ÀS 15 HORAS DO DIA 6/3/2012**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.583/2011, do Deputado Anselmo José Domingos; e 2.737/2011, do Deputado Sargento Rodrigues.

Requerimentos nºs 2.503, 2.504, 2.505, 2.506, 2.507, 2.508, 2.509, 2.510, 2.511, 2.512, 2.513, 2.514, 2.515, 2.516, 2.517, 2.518, 2.519, 2.520, 2.521, 2.522, 2.523, 2.524, 2.525, 2.526, 2.527, 2.528 e 2.529/2012, do Deputado Anselmo José Domingos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA
7/3/2012**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos Parciais às Proposições de
Lei nºs 20.925 e 20.934**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados João Leite, Délio Malheiros, Paulo Lamac e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/3/2012, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.



Sala das Comissões, 5 de março de 2012.
Rômulo Viegas, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Pareceres sobre os Vetos Parciais às Proposições de Lei nºs 20.846 e 20.913

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Almir Paraca, Duarte Bechir, Luiz Henrique e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/3/2012, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 5 de março de 2012.
Doutor Viana, Presidente “ad hoc”.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos Parciais às Proposições de Lei Complementar nºs 127 e 128 e à Proposição de Lei nº 20.914

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Adalclever Lopes, Leonardo Moreira e Pompílio Canavez, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/3/2012, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 5 de março de 2012.
Carlos Mosconi, Presidente “ad hoc”.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 29/2/2012

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados; senhoras e senhores profissionais da imprensa que cobrem nossos trabalhos nesta tarde; senhoras e senhores servidores desta Casa; público que acompanha nossos trabalhos por meio da TV Assembleia, boa tarde.

Sr. Presidente, tentarei abordar dois assuntos que me trazem a esta tribuna, e os dois são para mim de altíssima relevância. Tenho em minhas mãos a última edição da revista “Viver Brasil” - creio que as Deputadas e os Deputados desta Casa receberam esse exemplar -, que traz uma matéria de capa preocupante.

Gostaria da atenção das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados porque a revista fala de uma casa, que ela chama de Casa do Aborto. Ela dá endereço, número e nome dos médicos “abortistas”.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, senhoras e senhores que acompanham esta reunião de casa, somos pela vida. Recentemente fiz, nos microfones desta Casa, um ato de repúdio à escolha pela Presidente Dilma da Secretária, com “status” de Ministra, que agora ocupa a Secretaria de Políticas para Mulheres e que é uma “abortista” declarada - ela até confessou ter feito dois abortos quando de sua militância.

Sabemos todos que nossa Constituição permite o aborto – para aqueles que estão querendo discutir a questão do aborto – em duas situações: uma delas é no caso de risco para a mãe; e, a outra, em situação de estupro. Até para os casos de crianças com malformação é preciso que a Justiça autorize o aborto, porque nossa Constituição não o prevê nessa situação. Mas o que me assusta é que a “Viver Brasil”, revista respeitável – aliás, parabênizo os editores e a diretoria da revista -, ao fazer essa matéria corajosa, dá até endereços e nomes.

Gostaria, Sr. Presidente, que as notas taquigráficas de minha fala fossem encaminhadas ao Ministério Público, ao Conselho Tutelar, ao Juizado da Infância e Juventude e à Vara de Família. Se temos nomes e endereço, precisamos saber que medida foi tomada por parte das autoridades para prender essas pessoas que estão agindo ao arrepio da lei e fazendo abortos aqui em Belo Horizonte.

Não serei inocente de imaginar que essa é a única. Não, sabemos que elas proliferam por aí, que estão espalhadas por nossa cidade, pelas cidades do interior, mas queremos saber qual foi a ação tomada pela Justiça e pela polícia no sentido de fechar essa clínica, se já foi feita alguma coisa. Na matéria, não li ou não vi que tenha sido tomada alguma iniciativa, Deputado Bosco.

Então, fica aqui essa denúncia. Mais uma vez, fica a minha palavra de repúdio à escolha que a Presidente Dilma fez para ocupar a Secretaria da Mulher: uma pessoa que faz claramente a defesa do aborto em nosso País. Já até disse numa oportunidade que, ao fazer a defesa e ao se declarar como quem já fez dois abortos, ela para mim é ré confessa e como tal não poderia ocupar a posição que está ocupando neste momento no governo federal.

Tenho aqui em minhas mãos uma carta que, na verdade, é uma metáfora, mas que, com toda a certeza, traz em seu conteúdo uma realidade incontestável. Creio ser um texto conhecido de muitos aqui, mas gostaria de aproveitar o meu tempo para lê-la. Trata-se de um suposto monólogo de uma criança no ventre com a sua mãe. Defendemos a vida. Acreditamos que, a partir do momento que há o encontro do espermatozoide com o óvulo, instala-se ali a vida. Dizer que uma criança gestada até o terceiro mês não tem ainda



formada a sua cadeia de neurônios ou de sensibilidade para a dor não é argumento para que se assassinem crianças no ventre de suas mães.

Tenho aqui uma carta, que retirei do Portal da Família, intitulada “Carta de um bebê”. Como disse, trata-se de uma metáfora, mas muito real, muito possível. Gostaria da atenção das senhoras e dos senhores que aqui estão, principalmente dos que nos acompanham de suas casas.

A carta diz assim: (- Lê:)

“Oi, mamãe, tudo bom? Eu estou bem. Graças a Deus, faz apenas alguns dias que você me concebeu em tua barriguinha. Na verdade, não posso explicar como estou feliz em saber que você será minha mamãe. Outra coisa que me enche de orgulho é ver o amor com que fui concebido. Tudo parece indicar que eu serei a criança mais feliz do mundo!

Mamãe, já se passou um mês desde que fui concebido, e já começo a ver como o meu corpinho começa a se formar, quer dizer, não estou tão linda como você, mas me dê uma oportunidade! Estou muito feliz! Mas tem algo que me deixa preocupado... Ultimamente me dei conta de que há algo na sua cabeça que não me deixa dormir. Mas tudo bem, isso vai passar. Não se desespere.

Mamãe, já se passaram dois meses e meio e estou muito feliz com minhas novas mãos e tenho vontade de usá-las para brincar. Mamãezinha, me diga o que foi? Por que você chora tanto todas as noites? Por que, quando você e o papai se encontram, gritam tanto um com o outro? Vocês não me querem mais ou quê? Vou fazer o possível para que me queiram.

Já se passaram três meses, mamãe, e te noto muito deprimida, não entendo o que está acontecendo, estou muito confuso. Hoje de manhã fomos ao médico e ele marcou uma visita amanhã. Não entendo, eu me sinto muito bem. Por acaso você se sente mal, mamãe?

Mamãe, já é dia, aonde vamos? O que está acontecendo, mamãe? Por que choras? Não chore, não vai acontecer nada. Mamãe, não se deite, ainda são duas horas da tarde, não tenho sono, quero continuar brincando com minhas mãozinhas. Ei! O que esse tubinho está fazendo na minha casinha? É um brinquedo novo. Ei, por que estão sugando a minha casa, mamãe?

Espere, essa é a minha mãozinha! Moço, porque a arrancou? Não vê que me machuca? Mamãe, me defenda! Mamãe, me ajude! Não vê que ainda sou muito pequeno para me defender sozinho? Mãe, a minha perninha! Estão arrancando... Diga para eles pararem; juro a você que vou me comportar bem e que não vou mais te chutar. Como é possível que um ser humano possa fazer isso comigo? Ele vai ver só quando eu for grande e forte... Ai, mamãe, já não consigo mais... Ai, mamãe... Mamãe, me ajude...

Mamãe, já se passaram 17 anos desde aquele dia, e eu, daqui de cima, observo como ainda te machuca ter tomado aquela decisão. Por favor, não chore. Lembre-se de que te amo muito e que estarei aqui te esperando com muitos abraços e beijos. Te amo muito. Seu bebê.

Que Deus tenha pena de nossas almas! Tenhamos consciência. Digam não ao aborto”.

Quando digo que essa é uma matéria corajosa da revista “Viver Brasil”, é porque ela dá endereço e nome. E como eu disse, Sr. Presidente, gostaria que as notas taquigráficas fossem encaminhadas aos órgãos competentes, porque essas pessoas que estão consentindo e praticando esse crime hediondo chamado aborto precisam ser tratadas com todo o rigor da lei.

Nos 3 minutos que me restam, vou tentar fechar o outro tema. Nesta semana, o jornal “O Tempo” veiculou uma matéria sob o título “Evangélicos querem ‘curar’ gays”. Colocam a palavra curar entre aspas, numa provocação clara, porque alguns entendem que nós, evangélicos, achamos que o homossexualismo é uma doença. Não; na minha visão, homossexualismo é uma escolha.

Mas o que quero dizer é que o Conselho Federal de Psicologia impôs uma proibição aos psicólogos que trabalhavam com grupos de homossexuais que queriam deixar essa condição para a condição de heterossexuais: eles não podem mais fazer esse trabalho; é antiético, e estão proibidos de fazê-lo, sujeitos a ter os seus registros cassados. Grande hipocrisia do Conselho Federal de Psicologia! Também grande hipocrisia da nossa lei, pois tenho em mão, também extraídas da internet, as leis e a Portaria nº 1.707, de 8/2008, que liberaram recursos, pelo SUS, para que aqueles que quiserem deixar a condição de homossexual para a condição de transexual possam fazer a cirurgia, com recursos do governo. A isso não se faz qualquer oposição ou questionamento. A pergunta que faço é: qual a diferença entre o desejo de uma pessoa de deixar a condição de homossexual para a condição de heterossexual e o de outra que quer deixar a condição de homossexual para a condição de transexual? A meu ver, não há diferença. É uma escolha que a pessoa está fazendo. Como é do seu direito. E o Conselho Federal de Psicologia não pode arrancar da pessoa esse direito, assim como não pode proibir os seus profissionais de trabalharem nessa área para contribuir com aqueles que não estão satisfeitos com a sua sexualidade. Também se um homossexual quer fazer uma cirurgia para se tornar transexual, é porque não está satisfeito com sua genitália; não está satisfeito com sua condição de homossexual e, por isso, quer ser transexual. Agora, por que o homossexual que quer passar à condição de heterossexual ou retomá-la não pode fazê-lo? Por que está proibido? Isso, para mim, é uma hipocrisia do Conselho e dos movimentos homossexuais, até porque, quando se toca nesse assunto, a primeira palavra que vem de lá para cá é “o homossexualismo pode não ter cura, mas a homofobia tem”.

Como já disse aqui, em outras oportunidades, homofobia, literalmente traduzido, significa medo de homem, e não exatamente o termo que foi aplicado por aquele inglês, que entendeu que esse título era o que melhor definiria a aversão ou aqueles que não gostam dos homossexuais. Não é o caso aqui. Pelo contrário, existe um trabalho, muito bonito, realizado com um grupo de homossexuais na Igreja Batista da Lagoinha. As portas da Igreja Batista da Lagoinha, onde sou um dos pastores, estão sempre abertas para receber quem quiser participar, conosco, das nossas reuniões. Agora, se homofobia é medo de homem, posso dizer também que, na outra ponta, existem homofóbicos também; porque tenho medo, também, da forma como muitas vezes sou tratado por aqueles que defendem seus pensamentos e posicionamentos na questão LGBT, e outras letras mais que couberem aí.

Então, creio que a homofobia pode ser aplicada dos dois lados, Deputado Rômulo, tanto de lá para cá quanto daqui para lá. A questão aqui não é essa. A questão aqui é de direito. O Conselho Federal de Psicologia não pode cercear os seus profissionais e não pode lhes tirar o direito de trabalhar para esses grupos. Por quê? Porque o próprio governo federal tem dinheiro para permitir que os homossexuais possam fazer uma cirurgia para a transição transexual. Portanto, são caminhos opostos, porém tratando de uma mesma situação e de uma mesma questão. Deixo aqui esse registro. Agradeço a oportunidade pela utilização desses preciosos 15 minutos. Muito obrigado. Boa tarde a todos.

O Sr. Presidente (Deputado Alencar da Silveira Jr.) - Deputado Vanderlei Miranda, solicito que formalize o requerimento que solicita o envio ao órgãos competentes das notas taquigráficas do pronunciamento de V. Exa.

O Deputado Vanderlei Miranda - Providenciarei o requerimento imediatamente, Sr. Presidente.

O Deputado Elismar Prado* – Obrigado, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e todos que nos assistem pela TV Assembleia. Parabéns, Deputado Carlin Moura, a quem desejamos muita saúde, felicidades e muita força para continuar sua história de luta, da qual todos nós somos testemunhas e conhecemos, realmente, o valor de V. Exa e suas qualidades como homem público.

O Sr. Presidente - Gostaria de lembrar que o Deputado Carlin Moura faz aniversário somente de quatro em quatro anos. Por isso a festa oferecida por ele, Deputado, é uma grande festa. Ele juntou dinheiro nos últimos quatro anos para aplicar no dia 29 de fevereiro.

O Deputado Elismar Prado* – Mais uma vez, parabéns, Deputado Carlin Moura. Gostaria de agradecer a esta Casa, Sr. Presidente, a todas as Deputadas e a todos os Deputados, assim como a nossa assessoria e a da Casa, ao destacar dois projetos de minha autoria, duas proposições, que foram aprovadas por todas as Comissões temáticas e também no Plenário, em segundo turno, em dezembro do ano passado, pelas Deputadas e Deputados. Então, agradeço a todos.

A lei é de minha autoria e foi sancionada em janeiro, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Trata-se da Lei nº 20.018, de 2012, sobre a saúde da criança. Aliás, elaboramos um material para divulgação dessa lei, que é de grande interesse público. Essa lei beneficiará mais de dois milhões de crianças em todo o Estado de Minas Gerais.

Essa lei tem o objetivo de aumentar o número de vacinações das crianças com idade de até 10 anos. Com ela queremos reduzir e erradicar várias doenças infectocontagiosas, como sarampo, tuberculose, difteria, tétano e coqueluche. A nossa lei dispõe sobre um trabalho compartilhado que acontecerá tanto entre o Estado e a Secretaria de Saúde, como também no sistema de ensino, porque, no ato da matrícula, os pais ou responsáveis pelos nossos alunos, além de se preocupar com uniforme e material escolar, vão se preocupar também com a caderneta de saúde ou o cartão de vacina. Com essa lei, haverá todo um processo para que as escolas possam contribuir no sentido de orientar os pais ou responsáveis que a caderneta de saúde da criança tem que estar em dia. A lei basicamente dispõe sobre isso. No ato da matrícula, o responsável pela criança apresentará também a caderneta de saúde ou o cartão da criança, para que possamos orientar a família sobre a importância da caderneta de vacinação, que cuidará da qualidade de vida das nossas crianças, que é um direito. Temos o calendário básico de vacinação, e há uma série de vacinas que é direito da criança receber gratuitamente, o que cuida da saúde das nossas crianças.

Com relação à educação, diminuiremos a evasão escolar. Todos sabem que, em determinados períodos do ano, ocorrem diversos surtos nas escolas, muitas crianças faltam muito à aula, o que prejudica o seu processo de aprendizagem. Essas famílias também têm muito custo com a compra de medicamentos e cuidados hospitalares. Então essa lei vem no sentido de prevenir e ajudar realmente a cuidar da saúde das nossas crianças e melhorar o processo de ensino, diminuindo a evasão escolar. A Sociedade Brasileira de Pediatria calcula que, no período da vida escolar até 10 anos, a criança fica em torno de 16 mil horas no interior da sala de aula, ambiente mais propício para a contaminação das doenças mais comuns, as doenças virais. Essa medida de acompanhar e de a escola também ajudar a acompanhar para manter o cartão de vacina da criança em dia contribuirá muito para melhorar a qualidade de vida dessas crianças, auxiliando na redução de gastos com a saúde pública, medicamentos e cuidados hospitalares. Elaboramos um material falando da importância da caderneta de vacinação para a vida das crianças.

Há uma questão muito importante, Sr. Presidente: o Deputado Federal Weliton Prado acompanhou o anúncio oficial em Brasília, ao lado do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, das novas vacinas que serão incluídas no calendário básico de vacinação do SUS, do Ministério da Saúde. A partir de agosto de 2012, já será aplicada a nova vacina pentavalente, que imunizará a criança contra cinco doenças de uma só vez – difteria, tétano, coqueluche, influenza tipo B e hepatite B; e, no máximo em quatro anos, será disponibilizada a vacina heptavalente, que protegerá a criança contra sete doenças de uma só vez. Isso será muito importante, porque os pais não precisarão levar a criança tantas vezes aos postos de saúde. Esse tipo de vacina combinada facilitará muito a vida dos pais, das mães.

Aliás, essa nova vacina protegerá contra dois tipos de meningite que realmente são um terror. No Brasil a meningite já tirou a vida de milhares de crianças. Sabemos da preocupação dos pais com essa doença e das dificuldades que enfrentam. É uma vacina muito cara, mas que será também oferecida gratuitamente incluída na heptavalente. Nesse anúncio feito pelo Ministro Alexandre Padilha, eles comentaram também a importância da Lei nº 20.018, que é de minha autoria e foi aprovada por esta Casa, e da promoção da saúde das crianças em Minas Gerais. Isso beneficiará mais de 2 milhões delas.

Portanto, Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, agradeço à Assembleia a aprovação dessa lei que tramitou aqui rapidamente pelas Comissões de Justiça e de Saúde. Realmente os Deputados entendem desse tema. Por exemplo, os Deputados Carlos Mosconi e Adelmo Carneiro Leão, assim como todos os outros Deputados integrantes da Comissão de Saúde, contribuíram bastante. Então, já está em vigor a Lei nº 20.018, de 2012, de nossa autoria, que cuida da saúde da criança no intuito de que o cartão de vacina esteja em dia. Agradeço a todos os Deputados.

Deputada Liza Prado, concederei aparte primeiramente ao Deputado Pompílio Canavez, que deseja expor um assunto importante relativo ao direito das nossas Diretoras, que contam com o nosso apoio, e depois a V. Exa. Concedo aparte ao Deputado Pompílio Canavez.

O Deputado Pompílio Canavez (em aparte) – Boa tarde. Deputado Elismar Prado, parabéns pela sanção do seu projeto de lei apresentado quando V. Exa. era Deputado Federal. Espero que continue seu trabalho com brilhantismo nesta Casa. O Deputado Weliton Prado, seu irmão, realiza também um trabalho fantástico em Brasília.

Sr. Presidente, Deputados e telespectadores, aproveito para lembrar novamente o caso de Diretoras e Diretores de Escola que, apesar de eleitos livre e democraticamente pelas comunidades das escolas estaduais do Estado, não tomaram posse. Foram impedidos de exercer o cargo. Há diversos casos no Estado.

Ontem, no meu pronunciamento, mostrei o jornal “Folha do Lago”, que nos trouxe notícia do Sr. Alexandre Flausino, professor queridíssimo e muito respeitado pela comunidade de Alfenas. Quantos jovens já passaram pela escola e foram alunos desse professor, que foi eleito por unanimidade! Num gesto de perseguição política, a Secretária Ana Lúcia Gazzola não empossou o Prof. Alexandre



Flausino. Além disso, duas Diretoras em Campos Gerais que foram eleitas livre e democraticamente pela maioria da comunidade dessa cidade não tomaram posse, porque participaram da greve da educação no ano passado e ousaram utilizar um instrumento democrático, que é participar de uma greve, protestar e assinar abaixo-assinados. O Governador do Estado, por iniciativa da Secretária Ana Lúcia Gazzola, não permitiu a posse das Diretoras nem do Diretor. Isso ocorreu não só no Sul de Minas, mas também em todo o Estado.

Deputado Elismar Prado, V. Exa. é um batalhador e lutador pela democracia no Estado. Aproveito para pedir novamente à Secretária Ana Lúcia Gazzola que reveja essa posição ditatorial. Além disso, peço ao Governador Antonio Anastasia, que é um democrata, que reveja essa atitude de não nomear quem foi eleito democraticamente. Parabéns pelo pronunciamento e muito obrigado pela oportunidade.

O Deputado Elismar Prado* – Obrigado, Deputado Pompílio Canavez. Antes de conceder aparte à Deputada Liza Prado, só queria lembrar que, além da dificuldade dos nossos Diretores, eleitos democraticamente pela comunidade, não tendo o governo permitido que tomassem posse, há também a questão do reajuste do piso nacional da educação. Temos aqui o jornal “Hoje em Dia” de 28/2/2012, que traz o anúncio do Ministério da Educação, que divulgou o valor do novo piso: R\$1.451,00, ou seja, 22,2% de reajuste no índice.

Infelizmente, o governo do Estado de Minas Gerais iniciou uma movimentação, em Brasília, para aprovar proposta de reduzir o índice para 6,5%. Ora, essa iniciativa do governo de Minas é um atentado, um desrespeito não apenas aos nossos trabalhadores da educação - Minas não cumpre a lei do piso salarial da educação -, mas também a todos os professores e trabalhadores da educação do Brasil. Minas não cumpre a lei, não paga o piso salarial da educação, faz uma política de remuneração baseada nas perdas da carreira e obriga o recebimento do salário por meio de subsídio. O governo iniciou uma política de desvalorização do professor congelando sua carreira, não respeita o tempo de serviço nem a promoção por escolaridade. É uma vergonha muito grande!

Destaco que continuarei a luta em defesa dos trabalhadores da educação, pela implementação do piso nacional para os professores em Minas Gerais, que é um direito deles. Infelizmente o governo daqui impôs uma proposta, contra a qual votei, que congelou a carreira do professor neste Estado. Mas continuarei minha luta. A proposta de redução do índice de reajuste de 22% para 6,5%, em Brasília, é uma indecência. Essa mobilização, essa articulação do Governador é uma vergonha para nós. Espero que seja rechaçada e que o governo respeite os trabalhadores e cumpra a lei federal, que vale para todos, independentemente de partido, vale para Governador do PT, do PSDB, não importa o partido. Trata-se de uma lei federal, que tem de ser cumprida.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Deputado Elismar Prado, quero aproveitar este momento e cumprimentá-lo pelo seu discurso. Quero também cumprimentar o Deputado Carlin Moura pelo seu aniversário. Parabéns, Deputado Carlin!

Deputado Elismar Prado, gostaria também de cumprimentá-lo pelas leis resultantes de seu trabalho. Acredito que seu trabalho nesta Casa orgulhe todos os mineiros e mineiras. Esses projetos são importantes porque dizem respeito à vida do nosso povo, beneficiam as nossas crianças, principalmente as em idade escolar. Quero solidarizar-me com Diretoras e professoras. Ontem a Associação Mineira de Municípios – AMM - questionou o fato de mais de 30% das Prefeituras estarem comprometidas com o piso nacional dos professores. Há que se ver que os Municípios passam por dificuldades. Mas o piso é lei, e ela tem de ser respeitada. Portanto, minha solidariedade aos Diretores, aos professores e às professoras. Também vou envidar esforços para que seja nomeado quem foi eleito diretamente pelas comunidades escolares.

Quero também parabenizá-lo, Deputado Elismar Prado, pelo nosso projeto de lei, que foi aprovado na Comissão de Justiça e cria campanha permanente pela tarifa social. A energia neste país é cara. No mínimo, isso é para ajudar as pessoas de baixa renda, que são as que mais sofrem. São poucos os que conseguem a tarifa social. Já conseguimos um grande avanço em relação a isso. Portanto, sinto-me orgulhosa pela nossa parceria nesse projeto de lei aprovado pela Comissão de Justiça. V. Exa. é o autor. Ser coautora de projeto do Deputado Elismar me mantém sempre atenta e próxima da população sofrida. Acredito que estamos atentos a essa população. Solicitamos que fosse realizada audiência pública. Hoje a Cemig preparou uma cartilha, com a Defensoria Pública, graças ao nosso trabalho, para divulgar entre as pessoas carentes, mostrar que têm direitos e como têm de proceder quando têm problemas com o fornecimento de energia. Isso ainda não é suficiente.

Essa campanha permanente tem tudo que ver com a luta do Deputado Weliton Prado. Então, Deputado Elismar, quero cumprimentá-lo e dizer-lhe que continue sendo batalhador, essa pessoa sensível às necessidades de nosso povo, desempenhando um trabalho brilhante na Comissão de Cultura. Todo povo que realmente valoriza a cultura está dando um passo à frente, transformando-se pela cultura. Pobre do povo que renega a arte, pobre daquele que não percebe que a cultura é tão importante quanto a educação, para termos um País em que o povo tenha visão crítica. Parabéns pelo trabalho como Deputado e principalmente pelas legislações aprovadas aqui.

O Deputado Elismar Prado* – Obrigado, Deputada Liza Prado. Concedo aparte ao Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* – Obrigado, Deputado Elismar. Quero também cumprimentá-lo pelo belo trabalho que vem realizando.

Aproveito também o ensejo para cumprimentar o aniversariante de hoje, o Deputado Carlin Moura, que parece não envelhecer – está aí com essa cara de menino.

Deputado Elismar, lembro que hoje temos um evento na Comissão de Cultura. Gostaria de agradecer-lhe a audiência pública. Ela ainda acontecerá, mas V. Exa. tem colaborado muito no que diz respeito à feira do Mineirinho. Infelizmente, até hoje os feirantes estão sem uma resposta. Não há um projeto do governo apresentado pela Secretaria da Copa do Mundo para o Mineirinho, e os feirantes estão ameaçados de serem retirados de lá. Parece aquela gestão misteriosa, silenciosa, em que o povo não fica sabendo para poder opinar.

É óbvio que é necessário o estabelecimento de uma feira dentro das obras que serão realizadas no Mineirinho. Isso é da cultura do povo da Regional Pampulha de Belo Horizonte. É importante que haja essa opção de lazer para os turistas e para o nosso povo. No entanto, os feirantes estão simplesmente ameaçados de serem retirados de lá.

V. Exa. tem me ajudado muito nessa luta. Gostaria de agradecer-lhe e, evidentemente, parabenizá-lo pelo trabalho que vem sendo feito.

O Deputado Elismar Prado* – Agradeço ao Deputado Rogério Correia.

Hoje, aliás, dia 29 de fevereiro, expira o contrato assinado com os expositores, sem que estes tenham tido resposta alguma do governo. Faremos a segunda audiência sobre o mesmo tema, que é a situação dos expositores da feira do Mineirinho. Eles realmente precisam protestar, cobrar e exigir seus direitos.

A Copa do Mundo – e não somente ela, mas, em 2013, também a Copa das Confederações – se realizará em Belo Horizonte. Isso representa a expectativa que os expositores tinham de melhorar suas condições de trabalho e renda, porque haverá aumento no número de turista. Justamente neste momento eles são punidos. A Copa do Mundo não pode significar punição aos trabalhadores. O governo precisa pensar na situação deles porque, afinal de contas, estão tentando garantir seu emprego, seu ganha-pão.

Então faremos novamente esse debate e aguardamos que o governo apresente solução aos trabalhadores da feira de artesanato do Mineirinho.

Sr. Presidente, agradeço. Concluo aqui, informando que, amanhã, às 17 horas, estarei no Município de Guarda-Mor. Aproveito para mandar um abraço para o Charles. Inauguraremos uma praça na cidade e continuaremos o nosso trabalho de entrega dos ônibus escolares do Programa Caminho da Escola. Já entregamos em Centralina, Cascalho Rico, Monte Carmelo e Santa Vitória, ou seja, foram entregues mais de 80 veículos desse programa para transportar gratuitamente os nossos estudantes da zona rural.

O recurso de R\$10.000.000,00 foi proveniente de uma emenda de bancada, que indicamos quando fui Deputado Federal. Ainda estamos indicando os Municípios e entregando os ônibus em todo o Estado de Minas Gerais. Isso está contribuindo muito com a melhoria da qualidade da educação em Minas e garantindo o transporte escolar gratuito aos alunos da zona rural do Estado. Obrigado, Presidente.

O Sr. Presidente - Nesta oportunidade, este Deputado e esta Presidência gostariam de parabenizar todos os Deputados Federais que apoiaram e assinaram essa emenda de bancada, que faz parte do trabalho dos Deputados de Brasília, independentemente de partido.

* - Sem revisão do orador.

O Sr. Presidente - Antes de passar a palavra ao próximo orador, gostaria de lembrar que, há 20 anos, apresentávamos um projeto para o funcionamento de uma escola para 6 mil alunos no Mineirinho. Seria feita uma adaptação lá. No Rio de Janeiro, existe o sambódromo, que, durante o dia, funciona como uma escola. Devido à necessidade de escola naquela região, o Mineirinho também poderia ser uma escola que atenderia 6 mil alunos, sem atrapalhar em nada seu uso durante os jogos ou finais de semana.

Quando se fala em feira no Mineirinho, devemos nos lembrar de que a única renda que a Ademg tem hoje é essa feira. Então esse assunto deve ser tratado com mais seriedade, ainda mais com a possibilidade de extinção da Ademg, pois tenho certeza de que isso acontecerá depois de prontos o Mineirão e o Independência.

Com a palavra, o Deputado Jayro Lessa. Na sua ausência, com a palavra, o Deputado Zé Maia. Na sua ausência, com a palavra, o Deputado Antônio Júlio. Na sua ausência, com a palavra, o Deputado Doutor Viana. Na sua ausência, com a palavra, a Deputada Liza Prado.

Nesta Casa, quando ouvimos a Deputada Liza fazer um aparte ao seu irmão, vemos que existe um trabalho conjunto. Quando se fala em nepotismo, existe um nepotismo muito grande na família de V. Exa., que tem um Deputado Federal, dois Deputados Estaduais e um Vereador. O trabalho no Legislativo está presente na família Prado. Com a palavra, a Deputada Liza Prado.

A Deputada Liza Prado* – Obrigada. Todos pelo crivo do voto, democraticamente eleitos. É uma honra. Todos têm sua história, e sou uma orgulhosa defensora dos mandatos do Deputado Estadual Elismar Prado e do Deputado Federal Weliton Prado. Pode ter certeza de que a nossa vida toda, ao recebermos o voto popular, é trabalhar para defender quem mais precisa. É nossa luta, é nossa missão, e sempre vamos orgulhar esta Casa.

Venho hoje para dizer que novamente estamos empenhados para que haja um Procon em nossas cidades. Faço parte do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Defesa e Proteção do Consumidor, representando esta Casa juntamente com o Deputado Délio Malheiros. O Conselho tem realizado atividades constantes, e a próxima reunião será no dia 6 de março. O atual Presidente do Conselho é o Dr. Paulo Calmon Nogueira da Gama. A reunião acontecerá no Procon Estadual, na Rua Dias Adorno, no dia 6 de março. Nossa pauta está extensa, discutiremos desde projetos do Estado, equipamentos para os fiscais do Procon, possibilidade de agilização do trabalho com dispensa de formulários. Hoje os órgãos de defesa do consumidor devem apresentar 19 formulários para fazer a fiscalização. O sistema municipal de Ubá também será discutido. A pauta é extensa.

Quero falar do empenho de todo o Conselho Gestor. Desde o ano passado e desde que fui Superintendente do Procon de Uberlândia faço parte do sistema nacional de defesa do consumidor. O consumidor é muito desrespeitado pelas empresas telefônicas, pelos bancos, pela máfia dos cartões de crédito. O Deputado Célio Moreira que o diga, e os Deputados Ulisses, Carlin Moura e Elismar sabem. Como se não bastasse o consumidor pagar energia elétrica caríssima, ainda é desrespeitado no banco, na escola, enfim, em tudo em que há relação de consumo. Temos apenas cerca de 100 órgãos de defesa do consumidor em 853 Municípios, e nos pequenos, onde não há esse órgão, é uma dificuldade fazer uma reclamação, pois as pessoas têm de se deslocar. Como se não bastasse o consumidor ser desrespeitado todos os dias, a Constituição Federal também é desrespeitada. O Código de Defesa do Consumidor é um microsistema e, como tal, é matéria de ordem pública. O consumidor é desrespeitado a todo momento, e, como se não bastasse, apenas cerca de 100 Municípios têm órgão de defesa do consumidor.

Portanto, neste ano estamos fazendo novamente a campanha “Minha cidade tem Procon”, incentivando e exigindo, antes que o Ministério Público entre com ação civil pública contra as Prefeituras. Antes que tenham de mandar uma recomendação, estamos tentando trabalhar no convencimento para que esse trabalho seja feito. Esta Casa, com muita competência, juntamente com o Marcelo Barbosa, representante do Procon Assembleia, e com a participação dos outros Deputados da nossa comissão, preparou uma cartilha importante para ajudar os Municípios a criar o seu Procon. E de que ele precisa, minimamente, para poder fazer isso?



Cumprimento aqui todo o corpo técnico desta Casa, o qual não canso de elogiar: jornalistas, Polícia Legislativa, funcionários administrativos, Consultoria e Taquigrafia. Tenho orgulho de participar dos trabalhos de uma Assembleia em que há pessoas preparadas, servidores que realizam seu trabalho com paixão. Essa cartilha também foi fruto do trabalho desses funcionários, a qual estou divulgando – resalto que mudamos algumas coisas - para convencer as Prefeituras da obrigação constitucional de ter o órgão de defesa do consumidor – Procon - em suas cidades. Depois, entendemos a industrialização, que globalizou a questão econômica, e há dificuldade do consumidor, que é a parte vulnerável dessa relação. É preciso pensar o estatal, e é direito fundamental a defesa do consumidor. Nossa Constituição o preconizou como direito fundamental, como microsistema, como um direito que precisamos ver todos os dias. É necessário haver um órgão que seja o defensor desse consumidor vulnerável, para buscar o equilíbrio entre ele e o fornecedor. É preciso haver uma repercussão e uma aceitação do Código de Defesa do Consumidor - CDC. Como diz, Deputado Rogério Correia, essa é uma lei que pegou. Estou aqui com essa cartilha e hoje já enviei um roteiro a todas as Prefeituras. Algumas já o receberam, outras ainda estão recebendo. As Câmaras Municipais também podem incentivar isso. O Prefeito deverá apresentar um projeto de lei à Câmara, mostrando o que é uma estrutura mínima para se ter um Procon. O roteiro para a criação do Procon Municipal é fundamental, a verificação do serviço de dotação orçamentária, a existência de pelo menos um bacharel em direito, enfim, o mínimo para uma cidade pequena. Assim, haverá um coordenador, uma pessoa jurídica, um apoio administrativo e dois estagiários. É importante haver, no mínimo, três ambientes para garantirmos o atendimento, além de umas seis cadeiras e uma mesa. Mas o que deve haver mesmo é vontade política, porque independentemente de você querer ou não, gostar ou não, o consumidor a todo momento realiza um contrato. A partir do momento em que o cidadão põe o pé no ônibus, ele já está realizando um contrato, que lhe garante o direito de ser transportado com cuidado, de ser entregue inteiro, sem faltar nenhum pedaço, com sua bagagem também. Há aí uma relação de consumo. Portanto, é preciso haver vontade política, para dispormos de um Procon ligado ao Poder Executivo.

Gostaria de cumprimentar todos os meus amigos e amigas do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC -, que estão na defesa do consumidor, hoje tão vulnerável, que durante o tempo todo passa raiva com as telefônicas, com os cartões de crédito e com as máfias dos bancos, que ganham horrores de dinheiro praticando tarifas abusivas. Nós da Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia, da qual tenho orgulho de ser Vice- Presidenta, temos a obrigação de defender esse consumidor vulnerável. Estamos à disposição, porque o desrespeito é total e é preciso que esse instrumento estatal seja viabilizado.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* – Deputada Liza Prado, parabéns. Acho que a ideia que V. Exa. trouxe será extremamente útil nos Municípios menores, para que o consumidor exija seus direitos, porque hoje, muitas vezes, ele nem os conhece. V. Exa. lembrou bem isso. De fato, às vezes, as pessoas não conhecem seus direitos e são exploradas e maltratadas pela telefonia ou pelas agências de banco, que, às vezes, desrespeitam seus direitos humanos. V. Exa. está de parabéns.

Deputada Liza Prado, lembro-me de quando eu era Vereador em Belo Horizonte e os bancos não pagavam o Imposto sobre Serviço – ISSQN -, pois eles aproveitavam de uma lei da ditadura militar que os isentava disso.

A Deputada Liza Prado* – Deputado Rogério, eu ouvi na televisão que os bancos não podem ter banheiro nem bebedouro, porque isso é matéria para a União legislar. Já foi discutido que pode legislar sob tortura.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* – A mesma coisa aconteceu em relação ao ISSQN, e eles diziam que isso não podia porque havia uma lei federal. Mas, com a Constituição de 1988, o ISS passou a ser do Município. Em Belo Horizonte, Deputada Liza Prado, instituí uma lei, pela qual os bancos passaram a pagar ISS. Houve uma briga, eles foram até a última instância da Justiça, mas ganhamos a questão em Belo Horizonte. (- É interrompido.)

A Deputada Liza Prado* – E as filas de atendimento? Há poucos caixas para isso.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* – Atualmente Belo Horizonte recebe mais imposto sobre serviços de banco do que qualquer outra coisa. Foi uma vitória extraordinária. Depois outros Municípios passaram a ganhar.

A Deputada Liza Prado* – Há Municípios que ainda não estão cobrando ISS. Com toda a dificuldade por que passam, ainda não estão cobrando o ISS. Isso é um absurdo.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* – Não cobram ainda? Eles têm o direito de cobrar ISS dos bancos, que, para o Município, é uma receita importante. A maior receita de ISS de Belo Horizonte vem dos bancos.

Esse caso que V. Exa. citou, lembrou-me da porta giratória dos bancos. Na época, a Febraban...

A Deputada Liza Prado* – Eles querem tirar tudo agora.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* – Agora querem tirá-las. Falavam que não podiam colocá-las, pois iam gastar uma fortuna. Não é possível que um banco, com o lucro que obtém, não consegue instalar uma porta giratória.

A Deputada Liza Prado* – As saidinhas de banco estão matando as pessoas. Constantemente há também explosões de caixas eletrônicos. Esta semana, em Uberlândia, na universidade onde há seguranças, eles explodiram um caixa eletrônico. Quer dizer, as pessoas não têm segurança nem para sacar o mísero salário em um caixa eletrônico.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* – Por isso parabeno-a. V. Exa. tem um defensor aqui. Creio que todos nós da Bancada do PT estamos solidários à sua ideia. Quero aproveitar, permita-me apenas 30 segundos, para dizer que hoje os professores tiveram um bom anúncio nacional. Ontem foi estabelecido pelo MEC o novo piso do magistério em R\$1.451,00, mas a boa notícia serviu para o Brasil e não para Minas. O índice do piso será de 22% para todo o Brasil, e, em Minas Gerais, o governo já reafirmou que serão apenas os 5% já firmados para abril.

Quis falar isso enquanto V. Exa. está na tribuna, pois, mesmo sendo de partido da base do governo, votou com os professores, quando votamos contrários ao estabelecimento daquele projeto de lei. O que estava por trás do projeto de lei que o governo enviou a esta Casa era exatamente não permitir que os professores tivessem esse aumento. Portanto, em todo o Brasil serão comemorados 22% de reajuste para melhorar o sistema educacional e, em Minas, ficaremos, infelizmente, apenas nos 5%. E V. Exa. teve a coragem e a dignidade de votar como prometeu durante o processo de campanha. Então, mais uma vez, parabéns pelo trabalho realizado.

A Deputada Liza Prado* – Quero dizer aos Deputados Elismar Prado, Rogério Correia, André Quintão e Ulysses Gomes que se a educação não for uma pauta prioritária dos governos, este país não irá para frente. É preciso que os professores e as professoras sejam



valorizados; que possam ter condições de trabalhar; que possam ter uma visão crítica e democrática do processo educacional, para que realmente possamos avançar neste país. Não vejo, Deputado Alencar da Silveira Jr., outra forma que não seja apoiar o movimento dos professores, as organizações sindicais, porque considero fundamental que este país possa avançar.

Quero comentar outro tema, Deputado Carlin Moura. O senhor está perdido lá. Torcemos para que mude logo a Prefeita. Como se não bastasse Contagem ter fechado a Funec, ainda por cima houve o golpe do IPTU. Falaram que não iam pagar o IPTU, mas elaboraram uma artimanha para trair o povo. Prometeram e não cumpriram. Na verdade, está passando por dificuldades. Mas há uma coisa boa que quero elogiar: em Contagem, dia 31, as mulheres da União Brasileira de Mulheres estão organizando uma manifestação para discutir a violência contra a mulher em nosso Estado. É inadmissível que um país civilizado, onde se diz que o povo é educado, permita que suas mulheres derramem sangue, que seus filhos fiquem sem mãe, porque alguns acham que a mulher é propriedade particular. É inadmissível que a mulher procure uma delegacia de mulheres que não tem infraestrutura necessária para receber a denúncia e proteger a vida dessa mulher.

Deputado Ulysses Gomes, é preciso discutirmos as propostas e exigirmos orçamento do nosso Estado. É preciso que os nossos Municípios possam dar atenção prioritária às nossas crianças, que possamos ter uma educação permanente e que possamos fazer com que melhore a situação das mulheres, que são mais da metade da população, que muito têm contribuído para a educação deste país, que possuem mais escolaridade, mas ainda continuam ganhando menos do que os homens em algumas categorias. Percebemos que não há delegacias especializadas e juizados especiais.

Gostaria de dizer que fiz um pedido à Consultoria desta Casa e assinarei uma cartilha em nome da bancada feminina, fornecendo subsídios para a imprensa, as universidades, as entidades e as ONGs, de forma a conhecerem os programas do governo e a sua execução, os dados científicos e estatísticos relativos ao perfil socioeconômico das mulheres. A equipe do Sabino e da Flávia está preparando o documento. Esperamos apresentá-lo em breve, com o apoio da Mesa, do Presidente desta Casa, Deputado Dinis Pinheiro - aliás, desejo que sua mãe se restabeleça, pois está adoentada, e tenha saúde suficiente. Presto-lhe a minha solidariedade.

No dia 8 de março, juntamente com outros Deputados... O Deputado Sebastião solicitou a criação de uma comissão especial para avaliarmos o mapa da violência em Minas Gerais. A bancada feminina é composta de 5 membros entre 77 parlamentares. Poderemos andar em todas as regiões do Estado, discutir a infraestrutura das delegacias e saber como as mulheres estão sendo desrespeitadas, assassinadas e violentadas, porque não existem programas específicos. As mulheres são mais da metade da população e não têm seu direito garantido. Com a Constituição de 1988, a nossa Carta Cidadã, os direitos são iguais. É preciso que sejamos respeitadas. O corpo da mulher pertence apenas a ela, que é quem decide como ser respeitada. Não podemos aceitar a impunidade. É preciso que tenham espaço para denunciar e não serem assassinadas.

O caso da nossa Procuradora foi emblemático. A Justiça deu uma resposta rápida, mas percebe-se que a Lei Maria da Penha e os programas...

As mulheres devem ter apoio suficiente para que esta tribuna seja um instrumento para exigirem respeito, dignidade. Queremos delegacias estruturadas, com condições para receber as denúncias das mulheres. E que as medidas que estão na Lei Maria da Penha não fiquem apenas no papel. Segundo decisão do STF, não é preciso apenas autorização da mulher para a abertura de processo diante de denúncia própria. Creio que, se há conhecimento, o Ministério Público pode agir, a Justiça pode tomar providências. O que não podemos é permitir que este país continue omissivo e que as mulheres sejam espancadas. Na Arábia, as mulheres ainda precisam atravessar a rua, porque não podem dividir a mesma calçada com os homens. Não podemos permitir que o mundo não respeite mais da metade da população.

Deputado João Leite, para haver igualdade de gênero, precisamos de medidas afirmativas que permitam às mulheres terem seu direito respeitado. Com esse material, esta Casa conseguirá ajudar as instituições a colaborarem nessa luta. Portanto, o documento está pronto. Se alguém se interessar, poderá procurar o nosso gabinete para que possamos enviá-lo. Que esse seja um instrumento que a Assembleia está proporcionando ao povo.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rômulo Viegas* – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento o Sr. Presidente, os Srs. Deputados, as Sras. Deputadas e todos que nos assistem. Neste momento gostaria de trazer aqui, de público, o nosso reconhecimento, parabenizando o nosso Governador Anastasia, o Vice-Governador Alberto Pinto Coelho e toda a equipe do governo de Minas Gerais, bem como a nossa estimada amiga Andrea Neves, Presidente do Servas, pela importante ajuda que deram e que estão dando aos Municípios mineiros. Sem dúvida, destaco os trabalhos realizados a favor da população de Minas Gerais. Mesmo com as dificuldades orçamentárias e financeiras, o nosso governo conseguiu apresentar bons resultados a favor do nosso povo. Todos sabemos que o dinheiro público tem de ser utilizado de tal forma que atenda, pelo menos em parte, a todas as demandas da sociedade, e não, apenas a um segmento social.

Segundo dados do Ministério do Trabalho, em Minas Gerais foram criados mais empregos que na média do País, o que demonstrou um crescimento de 6,44%, enquanto a média nacional ficou em 6,24%. Buscou-se, de forma positiva, a capacitação profissional dos jovens mineiros, por meio de iniciativas como o Programa de Educação Profissional, que criou 31 mil vagas no ano passado. Também cito com orgulho o programa Farmácia de Minas, que contará com 307 unidades em funcionamento, das quais 201 foram inauguradas no final do ano passado. Essa rede é responsável pela distribuição gratuita de medicamentos do SUS nos Municípios mineiros com população entre 10 mil e 30 mil habitantes, em unidades que disponibilizarão 162 tipos de medicamentos. Foram repassados mais de R\$51,7 milhões para 128 hospitais da rede Pro-Hosp. O objetivo é assegurar atendimento hospitalar de qualidade aos usuários do SUS, o mais próximo possível de onde as pessoas moram. Os recursos são para a melhoria da infraestrutura do hospital, implantação de novos serviços, compra de equipamentos de alta tecnologia e melhoria da gestão.

Tratamento da aids: Minas Gerais elevou o Brasil ao seletivo grupo de países que produzem o Tenofovir, medicamento usado por portadores do vírus da aids em todo o mundo. No ano passado, a Fundação Ezequiel Dias entregou 2,8 milhões de comprimidos de Tenofovir ao Ministério da Saúde, responsável pela distribuição do medicamento em todo o território nacional.

Programa Aliança pela Vida: O governo do Estado criou o programa Aliança pela Vida, em parceria com entidades da sociedade civil, para fortalecer a luta contra as drogas. O programa é resultado da determinação do Governador de aplicar até 1% do orçamento de órgãos e secretarias de Estado que desenvolvem programas sociais em projetos de prevenção e combate às drogas. Os investimentos ao longo de 2011 somam R\$70.000.000,00.

O governo de Minas também entregou 1.000 viaturas à Polícia Militar, de 2003 a 2011. A frota dos órgãos de defesa social, em Minas Gerais, saltou de 7 mil para 17 mil viaturas, com investimento de R\$33.000.000.000,00 na área de segurança pública. O Programa Travessia foi ampliado para mais 44 Municípios, totalizando 157 cidades atendidas nas regiões mais pobres do Estado. Foram destinados R\$29.000.000,00 para execução de 228 ações simultâneas nas áreas de saúde, educação, saneamento, obras urbanas e geração de emprego e renda, beneficiando assim 1,5 milhão de mineiros. Foram concluídas 142 obras.

Enfim, meus amigos, poderia ficar aqui muito tempo enumerando o quantitativo de obras e realizações do Governador Anastasia, do Vice-Governador Alberto Pinto Coelho e de toda a sua equipe de governo. Gostaria de lembrá-los de que as eleições municipais se aproximam. Vale destacar que é de extrema importância, por parte do Congresso Nacional e do governo federal, tomar cuidado, pois já existe um projeto dos Senadores do Norte tentando alterar o Fundo de Participação dos Estados, prejudicando o Estado de Minas Gerais. Trata-se de um projeto de lei que está no Senado e que, se for aprovado, vai tirar de Minas Gerais R\$800.000.000,00 do Fundo de Participação dos Estados.

Gostaria de deixar claro que o governo de Minas tem atendido, de forma expressiva, à solução apresentada por nós, parlamentares, e às demandas dos Prefeitos das 853 cidades.

Recentemente assinamos convênio com o Município de Prados, que é administrado pelo grande amigo Gustavo, do PT; fizemos uma parceria boa naquela cidade. Nosso governo olha com bons olhos as boas administrações. Tenho certeza de que o Governador Anastasia, ao longo de 2012, se empenhará mais ainda para que a agenda de Minas, apresentada pela bancada mineira no Congresso Nacional e que será entregue à Presidente Dilma Rousseff... Fiquei atento a todas as demandas que os Deputados Federais de Minas Gerais apresentaram, caro Deputado Ulysses Gomes, Presidente em exercício neste momento. Os Deputados Federais da bancada mineira, junto ao Governador Anastasia, apresentaram a agenda de Minas, propondo várias obras de extrema importância para Minas Gerais – o anel, a BR-381 e outras tantas, como a execução de obras importantes da Petrobras. Mas acho que se esqueceram de mencionar uma preocupação desta Casa: a dívida pública do Estado. Acho que ela deveria fazer parte dessa agenda de Minas; acho que é muito importante para todos encontrarmos uma solução para isso.

O Deputado João Leite (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Rômulo Viegas. V. Exa. é sempre muito cuidadoso e traz dados importantes para o Estado, que mostram como nosso governo tem trabalhado.

Hoje tivemos a divulgação dos dados da segurança. Minas Gerais, entre os 27 Estados, está em 24º lugar no índice de criminalidade. É importante vermos como Minas Gerais está investindo na segurança pública. Hoje a Polícia Civil está liberada da guarda de presos. Mais de 80% dos presos hoje estão no sistema penitenciário, apesar da falta de investimento do governo federal. Para o senhor ter ideia, 100% do custeio das quatro refeições dos presos – há muitos presos federais e estrangeiros – é o Tesouro do Estado que banca; perto de 100% do investimento do sistema penitenciário é recurso do governo do Estado. Do Fundo Penitenciário Nacional, Deputado Rômulo Viegas, em 2004 o governo não passou nenhum centavo; em 2005, nenhum centavo; 2006, passou 12 milhões; em 2007, 2 milhões; em 2008, nenhum centavo; em 2009; nenhum centavo; em 2010, 243 mil; em 2011, 89 mil. O governo de Minas, que tem perto de 60 mil presos, arca com todo o custeio, com todo o policiamento em seus 853 Municípios; tem 25% da malha rodoviária federal no Estado e precisa dar conta disso tudo – obras, investimento na segurança.

Acompanho V. Exa. Esse governo está dando resultado. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O Deputado Rômulo Viegas* – Muito obrigado, Deputado João Leite. Acho que há necessidade mesmo de rever essa posição de Minas Gerais perante nossa Federação. Vejam o que se fala várias vezes na imprensa sobre a contribuição da balança comercial de Minas Gerais no que diz respeito à arrecadação do governo federal. Minas Gerais é um Estado de extrema importância e precisa realmente de mais carinho do governo federal.

Queria, antes de encerrar, Sr. Presidente, rapidamente fazer um alerta a todos os Prefeitos que estão terminando o mandato, aos que buscarão a reeleição e aos candidatos e pré-candidatos: os senhores precisam olhar com atenção, porque é necessário rever o número de atribuições que estão sendo colocadas nas costas das Prefeituras Municipais, pelo governo federal, no que diz respeito ao Fundo de Participação dos Municípios - e até mesmo os Estados com o ICMS -; é necessário rever essa distribuição de recursos. Os senhores estão vendo o impacto causado, na folha de pagamento, pelo aumento dos servidores. Quase 700 Prefeitos estiveram agora em Brasília mostrando quanto a folha de pagamento das Prefeituras será onerada. Muitos deles, se cumprirem a lei, ficarão na ilegalidade por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os Prefeitos dos Municípios brasileiros hoje estão entre a cruz e a espada; portanto precisam ser olhados com mais carinho no que diz respeito à distribuição dos impostos arrecadados no Brasil. Tenho dito aqui sempre que sou municipalista. Defendo a bandeira do Município, dos Prefeitos e Prefeitas. Portanto, é necessário, sim, muita mobilização, aqui na Assembleia Legislativa, no Congresso Nacional, entendendo-se Senado e Câmara dos Deputados.

Assim, Prefeitos, candidatos a Prefeitos e Prefeitas, vamos nos mobilizar. É hora de mobilização. Agradeço ao Deputado Ulysses Gomes. Espero que possamos fazer um grande debate sobre o pacto federativo aqui nesta Casa.

* - Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 5/3/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete da Deputada Liza Prado

nomeando Isabella Almohalha para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Rômulo Veneroso

exonerando Ana Carolina Faria Quintão do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Luiz Henrique Ferreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Auro Leonardo Fonseca do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Auro Leonardo Fonseca para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.